

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AJUSTES A LEI DE PARCELAMENTO USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO (LPUOS) - ZONA NORTE

CEU PERA-MARMELO - RUA PERA-MARMELO, 226 , JARDIM SANTA LUCRÉCIA

26 de novembro de 2019

83 pessoas presentes

	Autor	Organização	Contribuição
1	Eduardo Della Manna	Secovi- SP/Abrainc/Sindusco-SP	Elogia avanços da minuta, mas afirma que ela está aquém do que é desejável para o setor imobiliário em dois aspectos: a continuidade de limitações de gabarito em Zonas Mistas e de Centralidade, que deveriam ser extintas; e o alto custo da outorga onerosa nestas zonas. (Entregou documento com reivindicações)
2	Salustiano Marques	Sociedade Civil	Criticou a alteração do zoneamento na região do Parque Cabuçu, Serra da Cantareira, que se tornou Zepam. Pede reversão (Entregou documento com reivindicações)
3	Juliana Teixeira	Sociedade Civil	Cita o caso da indústria Voith, que está irregular por estar em uma Zona Mista, apesar de estar situada ali há 30 anos. Pede providências para regularização.
4	Guilherme Brandão	Sociedade Civil	Pede o fim das restrições convencionais de loteamento, que inviabilizam a construção em ZCOR.
5	José de Abrão	UMMP	Pede esclarecimentos sobre a cota de solidariedade, e solicita a manutenção das áreas de ZEIS
6	Vera Eunice Rodrigues	Associação dos Trabalhadores da Zona Noroeste	Pede que as pautas do movimento de moradia sejam respeitadas, e elogia a possibilidade de uso do Fundurb para construção de HIS
7	Miguel Gomes	Conselho Municipal de Habitação	Questiona a conveniência de se fazer uma revisão da legislação agora, já que há uma revisão programada para 2021. Defende a aplicação do IPTU progressivo, especialmente nas áreas centrais
8	Lídia Maria Marques	Sociedade Civil	Criticou a alteração do zoneamento na região do Parque Cabuçu, Serra da Cantareira, que se tornou Zepam. Pede reversão, e critica a aplicação do IPTU progressivo no terreno da família, por serem lotes pequenos.
9	Fernando Novikov	Assessor Gabinete ver. Police Neto	Realiza solicitação à SMDU 218 referente ao debate sobre o zoneamento na região da Estrada Santa Inês, no bairro Vila Amélia, em que há disputa judicial de sobreposição de títulos. Solicita reconhecimento de 500 moradores que residem ali há 30 anos, com escritura. Solicita também que seja dada solução para a notificação por PEUC de ZEIS que estejam em área rural.
10	Julieta Tolentino	UMMP	Pede que a pauta da moradia popular seja encaminhada, e defende a cobrança da outorga onerosa, como forma de compensação à população. Defende também a segurança jurídica para evitar casos como os da Fábrica Voith